

FERNANDO BOMFIM MARIANA

**AUTONOMIA, COOPERATIVISMO E MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST):
CONTRIBUIÇÕES EDUCATIVAS PARA AUTOGESTÃO E
PEDAGOGIAS DE LEVANTE**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

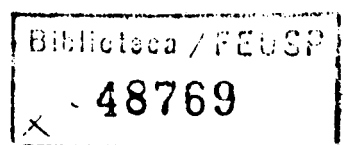
2003

**333.7(81.61)
M333a**

DEDALUS - Acervo - FE



20500094634



Doação
Origem: Pós-graduação
Data: 02/02/04

Aquisição	Doação
Origem	Pós-graduação
Solicitante	
Proc	
R\$	Data 7/02/2004
N.º de Chamada	333.7181.61
	M333a

FERNANDO BOMFIM MARIANA

**AUTONOMIA, COOPERATIVISMO E MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST):
CONTRIBUIÇÕES EDUCATIVAS PARA AUTOGESTÃO E
PEDAGOGIAS DE LEVANTE**

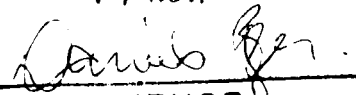
Dissertação apresentada como exigência parcial
para a obtenção do título de Mestre em Educação
junto ao Programa de Pós-Graduação em
Educação na área de Estado, Sociedade e
Educação da Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo, sob a orientação da
Prof^a. Dr^a. Lúcia Emília Nuevo Barreto Bruno

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2003 Secretaria de Pós-Graduação
Recebido em.

2

17 NOV. 2003



FEUSP

**“Não importa quantas taças de vinho proibido nós bebamos,
carregaremos essa sede violenta até a eternidade...”**

À memória de
Olavo Jorge Bonfim

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Lúcia pela amizade e orientação durante todo o trabalho, possibilitando exercitar a liberdade e a autonomia na criação deste texto, além de enriquecer com seu brilho e sabedoria diversos aspectos da pesquisa.

A professora Sandra Zákia auxiliou com valiosas sugestões no exame de qualificação, principalmente no aprofundamento do contexto do MST enquanto movimento social popular inserido na nova conjuntura global.

João Bernardo, após rigorosa leitura do texto, clarificou os aspectos anticapitalistas das ações do MST; ressaltou, por outro lado, a atual assimilação do cooperativismo pelo grande capital. Suas considerações sábias e inquietantes certamente servirão de base para futuros trabalhos.

Aqui na Faculdade de Educação encontrei um ambiente de trabalho tranquilo, e o convívio com funcionários, professores e alunos sempre agradável.

A disposição de luta e sensibilidade humana dos trabalhadores rurais que conheci durante a pesquisa me apresentaram conhecimentos que não encontraria em nenhuma universidade – agradeceria pessoa por pessoa se as armadilhas da memória não fossem intrínsecas a tal procedimento. No entanto, ressalto a colaboração da Sônia, Maria Rodrigues e sua família, que me orientaram nos primeiros caminhos da pesquisa. Elenar disponibilizou seu tempo para aprofundar os temas do cooperativismo e da segurança alimentar. Benê, Alice e Toninho Barbosa, em Promissão, me auxiliaram com depoimentos fantásticos sobre cooperação e insurreição.

Para compreender o cooperativismo, agradeço aos artesãos e amigos anticapitalistas do Rio de Janeiro (principalmente da capital e das cidades de Paraty, Angra dos Reis e Lídice), que coloriram de rubro-negro o ano de 2001 quando exercitamos, na prática, alguns princípios de cooperação. Ainda nessa temática, ressalto a beleza da atitude ativa e laboriosa dos pais, mães e alunos da Escola Cooperativa do Butantã, convictos na construção de comunidades de aprendizagem coletivas e autônomas.

Sou grato aos momentos vividos com amores e amizades de Campinas durante o início da pesquisa, principalmente ao lado da Juliana e sua família. Hoje, Cibele e Isabel engrandecem meu coração.

A equipe do Lubambo Futebol Chuva e Sol, incluindo sua torcida maravilhosa, contribui para o espírito do texto – e, principalmente, para a resistência nos momentos de quebradeira. Agradeço, especificamente, os atacantes Sebá e Jordão, pelas sugestões das referências teóricas, viagens, leituras e correções do texto; o lateral-direito Maurinho, pelas elucidações referentes ao levante popular na Argentina; e, é claro, o camisa 8 Lelo, que ao exercitar em seu cotidiano diversos temas de minha pesquisa, efetua harmonicamente passes e gols nos gramados e neste trabalho.

Agradeço especialmente a Luciene, pela presença nos detalhes finais e pelas cores inesquecíveis do texto e da TAZ.

Ynaê, querida filha e grandiosa companheira, me acompanhou durante diversos trabalhos de campo: acampamentos e assentamentos rurais, movimentações cooperativas, zonas autônomas temporárias – nesses momentos, assim como desde seu nascimento, recebi a graça da vida. Meus pais e meu irmão Flávio auxiliaram na tradução do resumo, mas principalmente através da paciência, amor e carinho que demonstram dia-a-dia, incansavelmente. Minha família me traz tranquilidade para seguir caminhando.

Finalizo os agradecimentos dedicando este trabalho a minha avó Amélia que, através de seu amor, coragem e alegria contagiantes, fortalece o sentido de meu viver.

RESUMO

Fernando Bomfim MARIANA. *Autonomia, cooperativismo e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições educativas para autogestão e pedagogias de levante*. São Paulo, FEUSP, 2003 (Dissertação de Mestrado).

A pesquisa procura compreender as potencialidades e os limites do movimento cooperativista na atualidade, sua articulação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e alguns dos inúmeros aspectos pedagógicos resultantes desta relação. O estudo reside nas contradições entre práticas autônomas e heterônomas construídas dentro das institucionalidades jurídicas e não jurídicas desses movimentos. A autonomia, portanto, constitui o enfoque central das investigações realizadas através de práticas cooperativas educacionais, da participação em movimentos e manifestações em prol da reforma agrária e da vivência em acampamentos e assentamentos rurais no Estado de São Paulo. Nessa perspectiva, procuro apontar as diversas dimensões dos aprendizados de autogestão e de sublevação anticapitalista como as contribuições educativas fundamentais advindas destes movimentos.

Unitermos: Educação, trabalho, autonomia, cooperativismo, MST, autogestão, zonas autônomas temporárias, movimentos anticapitalistas, pedagogias de levante, agroecologia.

Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Educação

Fernando Bomfim Mariana (1974) é natural de São Paulo/SP. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade de São Paulo (1998). Integra a Cooperativa Educacional Ação, Democracia e Cidadania, além de participar de zonas autônomas temporárias.

Endereço eletrônico: femariana@bol.com.br

SUMMARY

Fernando Bomfim MARIANA. *Autonomy, cooperativism and the movement of landless agricultural laborers "MST" (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra): educative contributions to self-management and pedagogy of insurrection.* São Paulo, FEUSP, 2003 (Master's Dissertation).

The research tries to understand the potentialities and the bonds of the cooperativist movement nowadays; its articulation with the MST in Brazil and some of endless pedagogical aspects as a result of this relationship. The study is based in the contradictions between autonomous and heteronymous practices built in legal and non legal institutionalisms of these movements. The autonomy, therefore, is the central focus of the researches accomplished through educational cooperatives practices, the participation in marches and manifestations in favor of the agrarian reform and of the living experience in the settlements of landless agricultural laborers in the State of São Paulo. Towards this, I try to emphasize the various dimensions of self-management and anticapitalist sublevation learning as the fundamental educative contributions deriving from these movements.

Used Terms: Education, work, autonomy, cooperativism, MST, self-management, temporary autonomous zone, anticapitalist movements, pedagogy of insurrection, agriecology.

Research Direction: State, Society and Education.

Fernando Bomfim Mariana (1974) was born in São Paulo / SP. Bachelor's Degree and Licensed in History by Universidade de São Paulo (1998). At the present participating in the educational cooperative called "Cooperativa Educacional Ação, Democracia e Cidadania", besides being integrated member of temporary autonomous zone.

E-mail: femariana@bol.com.br

APRESENTAÇÃO

Durante meu curso de graduação no Departamento de História desta Universidade (1993 a 1997), cerca de 300 estudantes participavam ativamente da autogestão de nossa entidade estudantil. Através das contradições de nossas práticas, pudemos não apenas avançar em nossa forma de organização coletiva horizontal, mas compreender a possibilidade real de estender a autogestão em todas as esferas da universidade. E por que não da sociedade? Percebendo a prática autogestionária enquanto fundamento básico para aprofundarmos nossos estudos sobre autogestão, formou-se um coletivo de estudantes que, através de grupos de estudos, debates e seminários, culminou em diversas pesquisas a respeito dos temas da autonomia do ser humano, autogestão e, invariavelmente, resistência e não aceitação do sistema capitalista.

O século XX foi marcado pela intensificação das relações capitalistas de produção em nosso planeta. A organização hierárquica da sociedade e a heterodeterminação das necessidades básicas para o ser humano, pilares destas relações, alcançaram proporções globais com o processo de internacionalização do capital, politicamente legitimado e fortalecido através da imposição de regimes democráticos. No entanto, tais regimes democráticos contemporâneos encontram poucas características com a democracia direta que havíamos exercitado em nossa simples experiência, ou seja, com a possibilidade de gestão coletiva dos meios sociais sem a mediação de representantes.

A partir de 1997, em conjunto com um grupo de estudantes recém-formados, iniciei alguns trabalhos organizados de forma cooperativa. A dinâmica de organização coletiva entusiasmou a pesquisa pelo tema. Após cerca de dois anos, entramos em contato com um grupo de estudantes da Faculdade de Economia e Administração que idealizavam, então, uma Incubadora de Cooperativas. Posteriormente, vim a desenvolver alguns trabalhos de formação de cooperativas populares, dessa vez desvinculado da universidade.

Paralelamente a estas atividades, frequentava um grupo de apoio a reforma agrária, visitando alguns assentamentos de forma isolada e conhecendo pouco a pouco a realidade dos trabalhadores rurais no campo. O que mais chamava a atenção eram as possibilidades de vida digna através de uma reforma agrária realizada pelos próprios camponeses – do momento da conquista da terra até a estruturação de agrovilas.

Meu interesse em pesquisar os temas relacionados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ao movimento cooperativista nesta Faculdade de Educação possui origem, portanto, na reflexão de práticas sociais cujos elementos de luta autônoma possam ser transformados em atitudes pedagógicas – atitudes estas que, por sua vez, possam contribuir para a criação de espaços autônomos e coletivos de trabalho.

Metodologia

As metodologias utilizadas para o estudo procuraram evitar o distanciamento entre a pesquisa e os objetos analisados. As duas principais ações de investigação – o cooperativismo e o MST –, e as implicações pedagógicas decorrentes de tais relações, foram enfocadas a partir da *vivência cotidiana das situações estudadas*. O objetivo principal deste princípio metodológico foi viver na prática do dia-a-dia os principais eixos deste estudo.

A pesquisa ligada ao MST foi realizada a partir de dois procedimentos fundamentais: a vivência em alguns acampamentos e assentamentos do Estado de São Paulo, o estudo de documentos internos a este movimento, além de bibliografia complementar. Na abordagem do cooperativismo, procurei instituir no cotidiano algumas relações que pudessem de alguma forma explicitar suas contradições, seguido do estudo sobre organizações de cooperativas e mesmo da história do cooperativismo, contemplando neste último aspecto algumas iniciativas contemporâneas, como o projeto de economia popular solidária.

No caso do MST, as possibilidades de vivência nos acampamentos e assentamentos estão divididas em duas vertentes: a primeira, no contato direto com o trabalhador rural assentado; a segunda, via encaminhamentos das direções estaduais do MST. Essa diversidade na abordagem das situações cotidianas representou grande riqueza para alguns momentos da pesquisa.

Os assentamentos visitados entre os anos de 2001 e 2003 foram Horto Bela Vista (Iperó), Fazenda Ipanema (Sorocaba), Agrovila Campinas (Promissão), Fazenda Pirituba (Itapeva-Itaberá), além de contatos com trabalhadores rurais de outros assentamentos em encontros realizados na cidade de São Paulo e outras localidades (manifestações, marchas, reuniões nas secretarias estadual e nacional, jogos de futebol, atividades diversas).

No início da pesquisa, as visitas nos assentamentos esbarravam na dificuldade de registro das situações relatadas pelos assentados. A utilização de gravadores não só obstruía a espontaneidade do relato, mas também inibia as livres opiniões dos trabalhadores rurais.¹

Além desses dois aspectos importantes na metodologia inicial, notei que, na grande maioria das vezes, ao indagar sobre a possibilidade de registro sonoro, os assentados reclamavam da ausência do pesquisador posterior ao trabalho, da sua falta de compromisso em retornar ao assentamento e socializar com o trabalhador rural suas reflexões e sua pesquisa concluída. Enfim, relatavam um sentimento de expropriação ocorrido após a interação com o pesquisador. Ou ainda, através de gestos, posturas e palavreado simples, expressavam a recusa de práticas acadêmicas de apropriação dos movimentos sociais para formulação de teorias científicas heterônomas a sua comunidade.

Uma das saídas que utilizei para amenizar tal relação foi tentar estabelecer uma vivência com certa frequência em alguns assentamentos, onde o contato com os trabalhadores rurais foi direto, sem intermediação das Secretarias Estadual ou Nacional do MST

¹ A obra *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*, de Dulce C. A. Whitaker, discorre sobre novas perspectivas de registro em trabalhos de campo em assentamentos rurais, problematizando a questão do uso de gravador e indicando renovados procedimentos de registro científico, tais como a utilização de diários de campo, desenhos, poesias etc.

(principalmente na Agrovila Campinas, em Promissão, e no Horto Bela Vista, em Iperó). Em outros assentamentos, visitados a partir dos contatos com dirigentes do movimento, a partilha desta preocupação metodológica amenizou os obstáculos provenientes do pouco tempo de contato, somada a impressionante boa receptividade organizada pelo MST.

Além do trabalho de campo, procurei participar de eventos relativos a luta pela reforma agrária, tais como encontros, marchas, manifestações públicas em geral. Nestes momentos, houve a possibilidade de troca de experiências com trabalhadores rurais de diversos assentamentos do Estado de São Paulo e de outras localidades do país.

Em todas as experiências relatadas, quer nos acampamentos e assentamentos ou nos momentos variados de encontros, procurei não utilizar o gravador, operando com anotações escritas logo após as conversas. No caso da Agrovila Campinas, em virtude das diversas visitas realizadas, utilizei a gravação sonora para registrar a experiência da Cooperativa de Produção Agrícola Padre Josimo Tavares (COPAJOTA), com o franco consentimento dos entrevistados.

Os documentos internos do MST analisados para o estudo apresentam o processo de amadurecimento do movimento. A princípio, meu interesse estava voltado para textos diretamente relacionados a educação e cooperativismo.

Após algumas leituras (realizadas principalmente no ano de 2001), verifiquei que grande parte dos documentos do Setor de Educação priorizavam a educação escolar – aspecto que procurei ao longo do trabalho não me estender, priorizando assim o sentido educativo mais amplo de um movimento social.

Por outro lado, o material editado pelo MST relativo ao cooperativismo (principalmente pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB) fornece subsídios em duas direções básicas: primeiramente, na visão ideológica do movimento que, a meu ver, vincula-se demasiadamente com a ortodoxia marxista, especialmente no que ela

defende de heterogestão. Posteriormente, alguns documentos que problematizam a própria experiência do MST.

No que diz respeito a análise da visão ideológica do movimento, destaco duas publicações dos *cadernos das experiências históricas de cooperação*: “O cooperativismo na China” (nº 01) e “O cooperativismo no pensamento marxista” (nº 02). Tais documentos, básicos para a formação de quadros dirigentes e para a divulgação de uma proposta de sociedade, vinculam-se a experiências de gestão social implementadas por gestores do aparelho do Estado. Não há documentos divulgando experiências coletivistas autônomas, levadas pelos próprios trabalhadores. Isso tem implicações diretas nas práticas revolucionárias do MST, que procurarei debater no terceiro capítulo desta dissertação.

Dentre os documentos que relatam a experiência de cooperativismo no MST, destaco os seguintes *cadernos de cooperação agrícola*: “Sistema Cooperativista dos Assentados” (nº 05) e “A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST” (nº 08). Somados a publicação “Comunidade de Resistência e Superação”², de Horácio Martins de Carvalho, tais documentos constituem, a meu ver, a base teórica do cooperativismo no MST.

A pesquisa sobre o tema do cooperativismo, por sua vez, transcende as experiências do MST. Procurei compreender o movimento cooperativista não vinculado necessariamente à formalidade da cooperativa. No estudo, o cooperativismo é entendido como uma *rede dinâmica de cooperações*, podendo comportar ou não a institucionalidade jurídica de cooperativas.

Assim, as metodologias utilizadas na reflexão sobre o cooperativismo comportaram dois caminhos. Inicialmente, a prática cotidiana de atividades ligadas à formação de cooperativas e participação em redes de cooperações. Isso acarretou dois ganhos significativos para a pesquisa: a organização de uma proposta de funcionamento de autogestão contemplada pela atual legislação brasileira e a vivência das dificuldades e facilidades ocasionadas pelo trabalho coletivo.

Paralelamente, assinalo o estudo de alguns dos movimentos cooperativistas contemporâneos e suas origens, enfocando os debates das propostas de economia popular solidária³ – neste caso, os temas da autogestão e das repercussões educativas do projeto representaram o foco principal de minhas preocupações.

Estrutura da dissertação

Inicialmente, no primeiro capítulo, desenvolvo uma reflexão acerca do desenvolvimento do modo de produção capitalista através dos grandes complexos agroindustriais e suas implicações para o meio ambiente, problematizando a atual conjuntura da agricultura familiar camponesa.

Em seguida, discorro acerca das tentativas de apropriação das práticas históricas dos trabalhadores, principalmente através do processo de flexibilização do trabalho e do aparecimento do cooperativismo enquanto estratégia de combate ao desemprego.

No segundo capítulo, as contribuições teóricas para o estudo procuram clarificar alguns conceitos fundamentais para a análise. A obra filosófica de Cornelius Castoriadis, onde a autonomia reflete uma “outra relação entre consciente e inconsciente” (Castoriadis, 1982), somado a teoria das Zonas Autônomas Temporárias (Temporary Autonomy Zones – TAZ), de Hakim Bey, contribuem fundamentalmente para o aprofundamento do conceito de autonomia.

Para uma melhor compreensão das práticas do MST e seu projeto de desenvolvimento econômico dentro da conjuntura do cooperativismo na globalização utilizo alguns conceitos básicos trabalhados pela heterodoxia marxista, destacando principalmente as questões da

² O documento, apesar de fazer amplas referências ao MST, não está formalmente vinculado às publicações do movimento.

³ Priorizei a participação nos debates promovidos por Incubadoras de Cooperativas, principalmente a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP, além das reuniões do Fórum Social Mundial realizadas em 2001, 2002 e 2003.

autogestão e das relações entre o Estado Amplo e Estado Restrito. Neste caso, as obras de João Bernardo e Lúcia Bruno compõe parte importante para a pesquisa.

As críticas da moderna sociedade do espetáculo apresentadas pela Internacional Situacionista subsidia reflexões a respeito dos papéis ativo e passivo do indivíduo perante situações vividas no seio da sociedade de massas, e sua devida repercussão no interior dos movimentos abordados.

No terceiro capítulo, analiso alguns marcos do cooperativismo nas últimas décadas, também buscando nas suas origens alguns princípios históricos de tal movimento, além da experiência do MST na estruturação de redes de cooperativas. Ultrapassando a institucionalidade jurídica do empreendimento econômico, a abordagem da evolução do conceito de cooperação⁴ visa analisar relações cooperativas mais amplas, incluindo formas de ajuda mútua variadas. Para isso, incluo estudos de caso pesquisados em campo, principalmente em assentamentos e acampamentos no Estado de São Paulo, entre os anos de 2001 e 2003.

No quarto capítulo, procuro sintetizar algumas conclusões preliminares ao estudo, discorrendo sobre alguns aspectos do processo de globalização e os efeitos da mercadorização das relações humanas decorrentes da expansão do capital. Além disso, procuro refletir sobre as relações entre cooperação, educação e autonomia.

Finalmente, problematizo o funcionamento da autogestão nas cooperativas, seus limites e possibilidades, buscando construir um quadro dos avanços e contradições de possibilidades transformadoras em educação. Nesta direção, busco apontamentos de espaços educativos emergentes do cooperativismo e das ações do MST, salientando as pedagogias de levante e as zonas autônomas camponesas.

⁴ Para isso, ver “A evolução do conceito de cooperação no MST”, caderno de formação nº 08.

ÍNDICE GERAL

Capítulo I

INTRODUÇÃO..... p. 18

- I. 1. Agricultura ecológica e os grandes complexos agroindustriais (p. 20)
- I. 2. Flexibilização do trabalho e reestruturação produtiva: a apropriação de práticas históricas dos trabalhadores (p. 27)

Capítulo II

REFERÊNCIAS TEÓRICAS..... p. 36

- II. 1. O conceito de autonomia na obra de Castoriadis (p. 38)
- II. 2. Estado Amplo e Estado Restrito nas obras de João Bernardo e Lúcia Bruno (p. 41)
- II. 3. Zonas autônomas temporárias (p. 44)
- II. 4. A Internacional Situacionista (p. 47)

Capítulo III

COOPERATIVISMO E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)..... p. 49

- III. 1. O movimento cooperativista (p. 51)
- III. 2. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (p. 61)

Capítulo IV

CONTRIBUIÇÕES EDUCATIVAS PARA AUTOGESTÃO E

PEDAGOGIAS DE LEVANTE..... página 78

IV. 1. Apresentação (p. 80)

IV. 2. Cooperação, autonomia e educação (p. 88)

IV. 3. Autonomia e cooperativismo (p. 93)

IV. 3. 1. Autogestão e hierarquia nas cooperativas: à procura de gestores (p. 93)

IV. 3. 2. Autogestão nas cooperativas (p. 97)

IV. 4. Autonomia e MST (p. 101)

IV. 4.1. A concepção de educação no MST (p. 101)

IV. 4.2. Pedagogias de levante: as zonas autônomas camponesas (p. 111)

BIBLIOGRAFIA..... página 120

Capítulo I

INTRODUÇÃO

“Precisamos traçar com rigor a linha que divide os interesses dos trabalhadores e os interesses dos capitalistas, e esta é uma tarefa tanto mais difícil quando não se trata de uma demarcação regular e estável, mas, pelo contrário, de uma linha sinuosa e oscilante, reconstruída em cada momento. Os apelos ao coração e à ética só confundem onde seria necessário esclarecer. A administração de uma empresa pode, evidentemente, patrocinar a arte e as boas causas, aplicar os princípios da nutrição racional no refeitório dos trabalhadores, por exemplo, e dirigir discursos humanistas aos seus assalariados, assim como pode não praticar a corrupção e não recorrer a fraudes. Mas este uso dos sentimentos e este procedimento ético em nada alteram os mecanismos fundamentais de exploração”.

João Bernardo, 2000

I. 1. Agricultura ecológica e os grandes complexos agroindustriais

Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, impulsionado na década de 60 com a chamada *Revolução Verde*, a mercantilização da agricultura e sua subordinação às indústrias atingem proporções surpreendentes, ocasionando um crescente processo de modernização técnica, acompanhado pela intensificação da expropriação dos trabalhadores rurais de seus conhecimentos tradicionais de produção.

A Revolução Verde representa um período de organização da produção agrícola através dos pacotes tecnológicos, fundados na intensa mecanização, redução de mão-de-obra, utilização desenfreada de produtos químicos (fertilizantes sintéticos e agrotóxicos), adoção da monocultura e concentração de capital e recursos físicos.

A sistematização e implementação globalizada de tais pacotes tecnológicos avançaram com a rede mundial GCPAI – Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional, fomentados essencialmente pelas fundações Ford e Rockefeller, além do Banco Mundial. O GCPAI representa a totalidade dos centros de pesquisa e treinamento espalhados pelo planeta, dentre os quais destaco⁵:

- Centro Internacional de Melhoramento do Milho (CIMNYT) / México: bancos de genes (trigo e milho);
- Junta Internacional para Recursos Genéticos (IBPGR) / Itália: conservação de genes, recursos genéticos vegetais;
- Instituto Internacional de Pesquisas sobre cultivos nos trópicos (ICRISAT) / Índia: sorgo, painço, grão-de-bico, amendoim;
- Instituto Internacional de Pesquisa sobre Política Alimentar (IFPRI) / Estados Unidos: alimentos, políticas de alimentos e uso sustentável da terra;
- Rede Internacional para o Melhoramento da Banana e Tanchagem (INIBAP) / França: banana e tanchagem (cultivo e testes de plasma germinativo);

⁵ Para consultar o mapa completo do GCPAI, ver Zamberlan, J. & Fronchetti, A., *Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente*, p. 18.

- Serviço Internacional de Pesquisa Agrícola Nacional (ISMAR) / Países Baixos: desenvolvimento de sistemas de pesquisa agrícola.

A partir da mundialização da Revolução Verde, inicia-se o processo de absorção do pequeno agricultor pelos grandes complexos agrícolas e seus respectivos setores de serviços. Assim, a agricultura camponesa é destituída de sua multifuncionalidade, ou seja, das variadas dimensões políticas, econômicas e sócio-culturais construídas historicamente pelo campesinato⁶ e que lhe garantem o direito a sua sobrevivência e a sua reprodução dignas, tais como a autonomia na gestão da produção, a independência em relação a grandes complexos agrícolas transnacionais, as variadas formas de cooperação e ajuda mútua entre eles, a segurança alimentar, a distribuição não mercadorizada de produtos nas épocas de boa safra, além de todas manifestações culturais locais provenientes deste modo de produzir.

Nesse sentido, a agricultura ecológica representa um dos horizontes para o fortalecimento de tais princípios, fundados na produção de alimentos saudáveis sem a utilização de agrotóxicos e com plantação consorciada (visando a absorção equilibrada dos nutrientes da terra). Ao considerar o equilíbrio dos processos naturais, a agroecologia procura minimizar o uso de insumos externos prejudiciais à saúde humana, prezando o potencial biológico e genético das plantas e animais, além de aprimorar o manejo sustentável do solo, água e recursos energéticos.

O modo de produção agrícola do sítio Primeiro de Maio, situado no assentamento rural da Agrovila Campinas (Promissão-SP), ilustra a riqueza da plantação consorciada agroecológica. Durante uma colheita de tomates, a trabalhadora rural Alice discorreu sobre tal prática:

⁶ Utilizo tal conceito baseado no documento de Declaração da Via Campesina (*Bangalore Declaration of the Via Campesina*), além do artigo “*Por uma agricultura multifuncional*”, de José Bové. O conceito de agricultura camponesa, quando utilizado neste texto, refere-se portanto a uma formulação teórica produzida pelos movimentos sociais estudados.

“Aqui nós plantamos o tomate. Mas não só o tomate; também colocamos o pepino e leguminosas. Assim, um ajuda o outro a se desenvolver, tirando da terra diferentes nutrientes.”

Vale salientar que a agroecologia pode assumir diversas linhas de aplicação. Dentre as principais, podemos assinalar as agriculturas: orgânica, biodinâmica, biológica, natural e regenerativa. Apresentando características elementares comuns, essas linhas de aplicação diferem apenas na ênfase empregada em certos aspectos de suas técnicas.

Nessa perspectiva, a agricultura familiar não está necessariamente vinculada a agroecologia e, conseqüentemente, voltada para a multifuncionalidade da agricultura e defesa do pequeno agricultor. De acordo com Maria Rodrigues, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

“a agricultura familiar também pode vir no pacote fechado de grandes transnacionais, visando a monocultura e a dependência do trabalhador rural”.

Assim, a agricultura familiar também pode reforçar o oligopólio de grandes empresas do setor, caso esteja desvinculada dos princípios da agricultura ecológica e integrada na lógica de produção do mercado. A ofensiva mais radical do complexo agroindustrial está na total mercadorização da terra e no estímulo a uma regularização fundiária apoiada, obviamente, na propriedade privada: este é o *novo mundo rural*⁷.

Transgênicos e a vulnerabilidade do pequeno agricultor contemporâneo

Os grandes complexos agroindustriais, fundados no produtivismo capitalista e apoiados em legislações de âmbito mundial, principalmente via Organização Mundial do Comércio, vêm

⁷ Alusão ao programa do governo federal brasileiro denominado “Novo Mundo Rural” (instituído a partir de 2001 durante o segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso), voltado prioritariamente para a compra e venda da terra na reforma agrária, descaracterizando-a.

utilizando em escala crescente hormônios na agropecuária, submetendo a criação animal a um tipo de confinamento eticamente questionável e, nos últimos anos, lançando no mercado os Organismos Geneticamente Modificados (OGM's) – popularmente conhecidos como transgênicos.

A transgenia é uma técnica aprimorada a partir da biotecnologia, desenvolvida principalmente em laboratórios de multinacionais, além de certas instituições estatais⁸, visando o aumento da produtividade e o controle do mercado agrícola. Tal panorama, somado a inexistência de pesquisas referentes às consequências do consumo dos transgênicos, tem causado grande polêmica entre consumidores e pequenos agricultores.

O discurso da produtividade da Revolução Verde agora está reproduzido, com as devidas mudanças conjunturais, na defesa dos transgênicos: resolver a questão alimentar mundial. Ignorar a má distribuição da atual produção mundial de alimentos (mais que suficiente para eliminar a fome no planeta) e o consumismo exacerbado na sociedade também compõe a estratégia discursiva dos defensores dos transgênicos.

Uma das características mais aterradoras desta vertente biotecnológica é a esterilização das sementes, objetivando a criação de um mercado monopolista de sementes melhoradas geneticamente cuja dependência dos agricultores garantiria as taxas de lucro satisfatórias aos grandes complexos agroindustriais.

Os transgênicos colocam em dúvida a segurança alimentar mundial. Parte da comunidade científica tem alertado para a periculosidade da alta taxa de recombinação dos OGM's. O vírus ativador do mosaico da couve-flor, por exemplo, recombina-se geneticamente com o vírus HIV e com o vírus da Hepatite B, desenvolvendo células cancerígenas e proliferando alergias e resistência a antibióticos⁹.

A segurança alimentar, isto é, o direito de sabermos a origem e exatamente o que estamos comendo caracteriza uma das principais reivindicações dos movimentos sociais do campo

⁸ No Brasil, a EMBRAPA é a principal empresa estatal ligada a pesquisas de transgenia.

no presente. O MST, através das articulações com a Via Campesina¹⁰, tem alertado a sociedade para a misteriosa pressa com que as autoridades tratam a questão dos transgênicos, decidindo políticas biotecnológicas sem informações científicas que garantam a não poluição genética.

Os riscos dos OGM's são diversos, e não é preciso nenhuma especialização no assunto para compreender na agricultura agroecológica uma alternativa ao modelo de agricultura transgênica, que concentra renda, o controle tecnológico, o poder, maximiza o uso de herbicidas, inseticidas, fungicidas e agrotóxicos em geral, aumentando assim os riscos para o meio ambiente e para a saúde de agricultores e consumidores.

Paralelamente ao quadro de risco social da agricultura transgênica, podemos apontar, a partir dos dados a seguir¹¹, a formação de um sólido controle oligopólico sobre o setor de sementes e de agrotóxicos, articulado por cerca de dez grandes complexos agroindustriais:

Quadro 1 – As dez maiores empresas de sementes do mundo

Empresa	País	Vendas em 1997 (em milhões US\$)
Du pont / Pioneer Hi-Bred	EUA	1.800
Monsanto	EUA	1.800
Novartis	Suíça	928
Groupe Limagrain	França	686
Advanta	Reino Unido e Holanda	437
AgriBiotech	EUA	425
Grupo Pulsar / Seminis / ELM	México	375
Sakata	Japão	349
KWS.AG	Alemanha	329
Takii	Japão	300

⁹ Cf. Görgen, 2000, p.32.

¹⁰ Movimento camponês internacional que reúne mais de 69 organizações de 37 países dos quatro continentes.

¹¹ Agenda MST, 2002.

Quadro 2 – As dez maiores empresas agroquímicas do mundo

Empresa	País	Vendas em 1997 (em milhões US\$)
Aventis (Rhone-Poulec + Hoechst)	França	4.554
Novartis (Ciba Geigy + Sandoz)	Suíça	4.199
Monsanto	EUA	3.126
AstraZeneca	Reino Unido	2.674
Du Pont	EUA	2.518
Bayer	Alemanha	2.254
Dow AgroSciences	EUA	2.200
American Home Products	EUA	2.119
BASF	Alemanha	1.855
Sumitomo	Japão	717

De acordo com os dados fornecidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, as empresas de sementes apresentadas no primeiro quadro controlam cerca de 32% da economia no setor, enquanto as agroquímicas (quadro 2) já conquistaram cerca de 85% do mercado mundial. Destacamos especialmente a empresa estadunidense Monsanto que, nos últimos três anos, já investiu mais de 8 bilhões de dólares na compra de outras empresas de sementes e agrobiotecnologia.

Finalmente, a tendência de padronização alimentar mundial, um dos efeitos do processo atual de globalização, compõe parte da lógica das ações de tais conglomerados financeiros. Aliados a grandes hipermercados ou redes mundiais de *fast-food*, observamos uma cadeia global construída desde as pesquisas biotecnológicas, perpassando pelos inúmeros processos agroindustriais e desembocando no escoamento final da produção.

Os depoimentos de Elenar José Ferreira, da CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), ligada ao MST, ilustram tal processo:

“Ao invés de poder ir ao Ceará e comer uma tapioca, ir à Bahia e comer um acarajé ou ao Rio Grande do Sul e comer um churrasquinho, você entra em qualquer lanchonete e come um lanche numerado”;

“Como as vendinhas estão sendo substituídas pelos grandes mercados que vendem comida padronizada, só aqueles que produzem como o mercado exige conseguem vender suas mercadorias”.

I. 2. Flexibilização do trabalho e reestruturação produtiva: a apropriação de práticas históricas dos trabalhadores

No final da Segunda Guerra Mundial, o Estado de Bem Estar europeu representou um recuo estratégico do capitalismo frente a reações dos trabalhadores – reações que resultavam, muitas vezes, em levantes ou revoluções. Incorporando um profundo controle da sociedade através dos fiscais sociais, procurou reservar um papel privilegiado na nova ordem produtiva para os trabalhadores altamente qualificados, iniciando a implementação de uma política de complexificação da força de trabalho. Assim, a maior intensidade do trabalho, somada a tal qualificação de operações, resultaria num grande aumento da produtividade, mesmo que exercida em menor jornada de trabalho.

Contrárias a este processo intensificaram-se as lutas autônomas dos trabalhadores, desencadeadas em diversos países principalmente a partir do final da década de 50 e durante os anos 60 e 70¹². Essas lutas baseavam-se essencialmente na auto-organização dos trabalhadores fora das instâncias institucionalizadas de reivindicação, que procuravam ocupar e autogerir grandes complexos produtivos, alcançando resultados surpreendentes para as burocracias sindicais e gestores capitalistas.

As principais características de tais lutas estão centradas na autonomia e no coletivismo e, em muitos casos, na alteração das relações sociais de produção, através da ocupação de empresas e gestão direta do processo produtivo. Estas lutas, que ocorreram inclusive nos países do Comecon, evidenciaram que a mera transformação das relações jurídicas de propriedade – cuja experiência histórica da ex-URSS constitui o maior exemplo – demonstrou-se insuficiente para a emancipação da classe trabalhadora. Ao terem sido derrotadas, foram recuperadas pelo capitalismo nas suas formas já burocratizadas, inaugurando-se um novo estágio de desenvolvimento desse modo de produção.

¹² Destacam-se os Conselhos Operários na Alemanha (1953) e na Hungria (1956); as Comunas de Shangai (1966), Praga (1968) e Gdansk (1980); a Gestão Operária na Itália (1968); as Comisiones Obreras na Espanha (1969); as Comissões de Trabalhadores em Portugal (1974); os processos de autogestão na Argélia (1962) e no Chile (início da década de 70); o controle operário da minas na Bolívia (anos 50); as ocupações de fábrica na Argentina (1973). Para um estudo mais aprofundado sobre tais lutas, ver Nascimento (1986).

O toyotismo

Nesse sentido, o toyotismo – forma de organização e gestão do trabalho iniciado nas fábricas japonesas e expandido na última década para outras nações – representa a grande habilidade dos gestores capitalistas de apreenderem tal capacidade organizativa e o potencial intelectual dos trabalhadores. Se o fordismo enfocava a exploração física da força de trabalho, a repetição, a disciplina externa ao trabalhador, o toyotismo procura se apropriar da força intelectual, da iniciativa e de uma disciplina no processo de produção interiorizada pelo próprio trabalhador (ou pela disciplina imposta pelos trabalhadores de sua equipe).

Para isso, os novos gestores do capital descentralizam o *como fazer*, centralizando ao máximo a decisão sobre *o que fazer*. Ou seja, a prioridade no desenvolvimento de determinadas forças produtivas acabam sendo estabelecidas por alguns poucos representantes das grandes transnacionais, enquanto as melhores maneiras de concretizá-las são atribuídas a todos os trabalhadores.

Se anteriormente o fordismo acarretava um maior desgaste físico do trabalhador, o toyotismo busca explorar sobretudo o grande potencial intelectual e organizativo dos trabalhadores – fato ainda inaceitável para alguns setores da esquerda. A grande novidade reside na exploração plena do trabalhador. Durante vinte e quatro horas por dia, o trabalhador reflete a respeito de novidades e melhorias que poderiam ser implantadas na empresa: ao se deitar, ao se lavar, ao caminhar, ao sonhar.

Tais inovações são estimuladas através de prêmios, incentivos, metas, ciclos de qualidade e outras maneiras de estabelecer no trabalho um permanente clima de competição entre os trabalhadores. Ainda na direção estratégica de maximização de exploração, intensifica-se e estende-se a jornada de trabalho, o que acarreta danos para a saúde física e mental do trabalhador.

Na sociedade contemporânea, a lógica organizativa e disciplinar da empresa penetra em todas as esferas sociais. É esse o sentido totalizante desse novo estágio do capitalismo, que vislumbra possibilidades reais de exploração da capacidade de criação do ser humano no processo de trabalho.

Uma problemática ainda não resolvida com relação a essa recente forma de superexploração do trabalhador é o estabelecimento de critérios para mensurar sua produtividade intelectual (para a produção científica universitária, critérios quantitativos são aceitos e sancionados por grande parte da comunidade). Setores de recursos humanos chegam a medir nas empresas o índice de satisfação dos trabalhadores pelo número de sorrisos observados em determinada sala. O cálculo matemático do patrimônio intelectual da empresa já conjuga-se com seu patrimônio material, constituindo assim o patrimônio total da empresa. Porém, a dificuldade em calcular a produtividade do trabalho intelectual no crescente setor de serviços representa uma questão aberta.

De qualquer forma, o que cabe salientar é que o elemento central das mudanças no processo de trabalho é o deslocamento do foco da exploração do componente físico-muscular do trabalho para o componente intelectual, associado a introdução de uma nova base técnica, de novos instrumentais de trabalho, assim como a adoção desta lógica na organização da produção. É esta lógica que orienta o desmembramento das cadeias produtivas em âmbito global.

Esse panorama reflete apenas a tendência das novas formas de produção. Ao analisarmos outros setores da economia, observamos a existência de um gigantesco contingente de trabalhadores colocados à margem da economia formal.

Uma das saídas para o fenômeno do desemprego na atual crise econômica é a organização dos trabalhadores em cooperativas. O cooperativismo surgiu no decorrer da história em momentos onde os trabalhadores, acuados por ofensivas do sistema econômico capitalista, resolvem se responsabilizar por parte da produção, particularmente aquela voltada para bens de consumo essenciais. Uma das primeiras experiências surgiu com Robert Owen, na

Inglaterra, no início da Revolução Industrial. Mesmo com a coletivização dos meios de produção, as tentativas cooperativas acabaram fracassando, apesar de contribuir para o movimento cooperativista com um largo leque de experiências concretas.

Em nossos dias, em plena revolução informacional, o cooperativismo pode assumir contornos distintos dentro da lógica da globalização. O sistema capitalista sempre procurou se apropriar de práticas históricas que a princípio são antagônicas a exploração econômica. O caso das cooperativas é exemplar. O custo de um trabalho terceirizado realizado por uma cooperativa torna o custo final do produto, ou do serviço prestado, bem menos oneroso para o proprietário ou administrador dos meios de produção. Além de desobrigar o empregador com os encargos sociais do emprego formal, eventuais problemas provenientes desse serviço terceirizado sob forma de cooperativa – desde conflitos entre trabalhadores até manutenção e inovação dos meios de produção – ficam sob a responsabilidade única da própria cooperativa.

Diversas cooperativas, hoje, orbitam e competem entre si num mercado onde a natureza do trabalho dos cooperados não é jamais auto-determinada, mas apenas a maneira de realizá-lo. Assim, o capitalismo absorve novamente a capacidade intelectual e organizativa dos trabalhadores, descentralizando as decisões a respeito da viabilização da produção e centralizando as decisões sobre o que produzir, quais as metas da produção e para qual mercado.

No Brasil, uma das respostas formuladas neste novo panorama do mundo do trabalho é a construção de redes econômicas baseadas no cooperativismo, objetivando essencialmente o desenvolvimento das forças produtivas aliadas ao avanço tecnológico, a erradicação da pobreza, a igualdade e a proliferação de uma boa qualidade de vida a todos os seres humanos¹³.

¹³ A ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas) possui significativas experiências de autogestão e co-gestão. Outra contribuição para tais redes econômicas é o projeto de economia solidária, fundamentado nas formulações do economista Paul Singer, que colabora com a estruturação de cooperativas populares, principalmente em áreas urbanas, aplicando metodologias de “incubação” de iniciativas cooperativas.

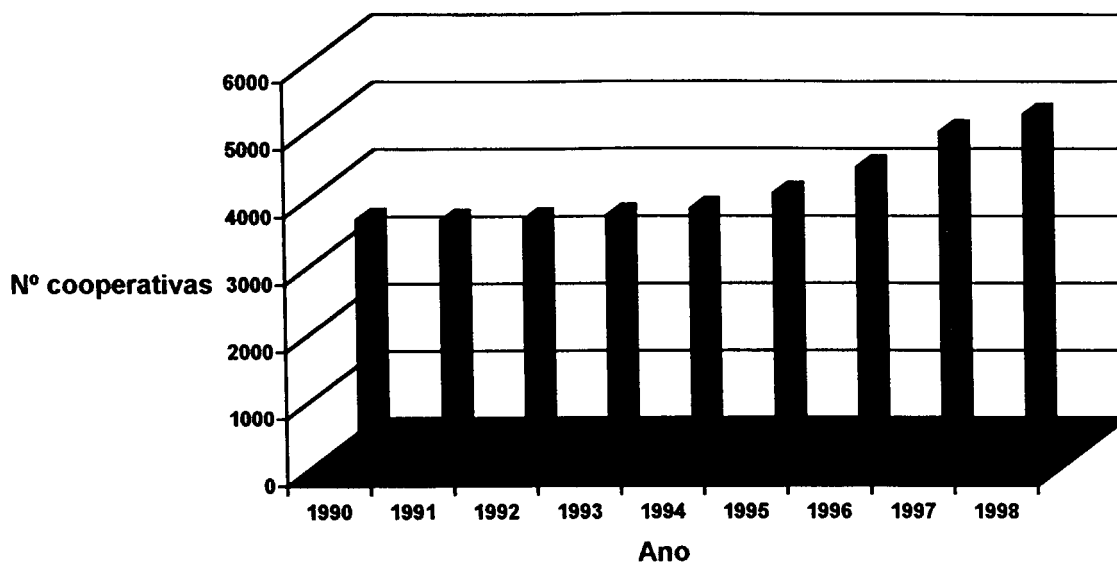
O aumento do cooperativismo durante a última década no Brasil pode ser verificado em dados estatísticos apresentados pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). No primeiro conjunto de dados (páginas 31 e 32), observamos um significativo aumento do número de cooperativas e de cooperados durante a década de 90, refletindo a relevância do momento histórico brasileiro de abertura na legislação federal a espaços político-organizacionais sob a forma de cooperativas.

Evolução do número de cooperativas e cooperados na OCB

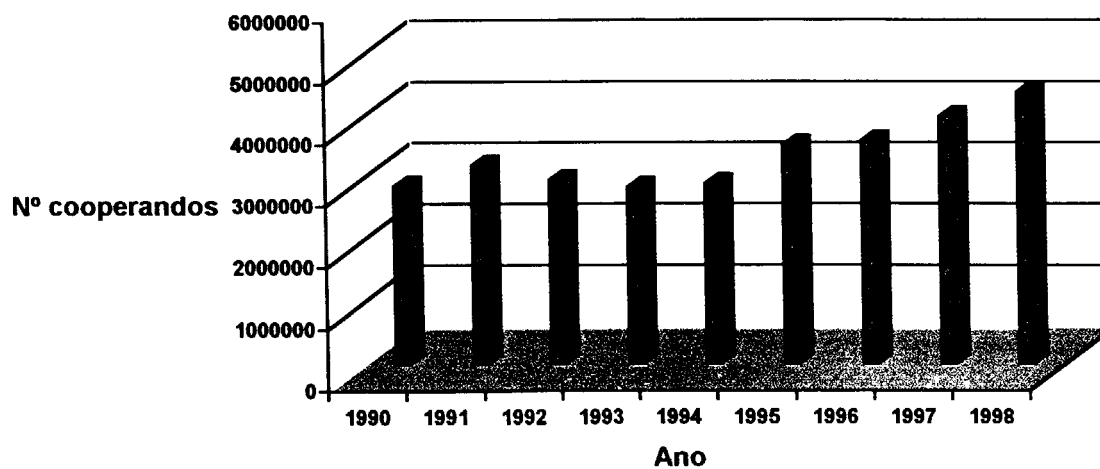
Ano	Número de cooperativas	Número de cooperados
1990	3549	2 883 036
1991	3529	3 232 098
1992	3548	2 991 486
1993	3608	2 869 625
1994	3701	2 928 391
1995	3928	3 553 607
1996	4316	3 628 985
1997	4851	4 025 299
1998	5102	4 428 925

Fonte: OCB / Detec / Banco de Dados

Evolução do número de cooperativas



Evolução do número de cooperandos



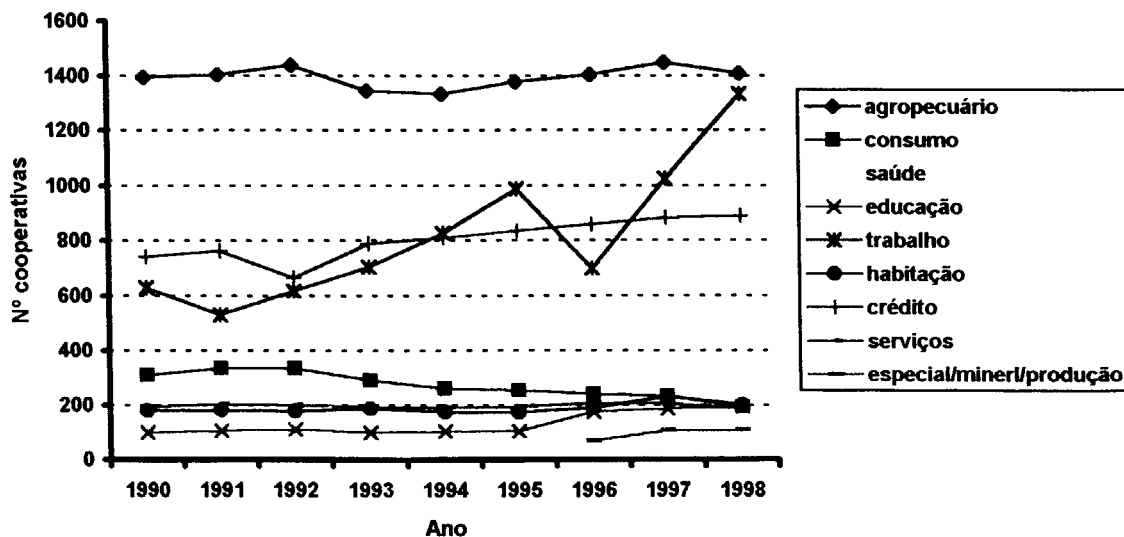
O segundo conjunto de dados (páginas 33 e 34) demonstra a evolução do número de cooperativas por segmento:

Evolução do número de cooperativas registradas na OCB, por segmento

Segmento / Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Agropecuário	1393	1404	1438	1344	1334	1378	1403	1449	1408
Consumo	311	336	336	292	261	256	241	233	193
Serviços	195	206	202	194	191	194	209	206	187
Educação	101	107	112	100	105	106	176	187	193
Trabalho	629	531	618	705	825	986	699	1025	1334
Habitação	179	182	177	187	176	174	190	231	202
Crédito	741	763	665	788	809	834	859	882	890
Saúde	-	-	-	-	-	-	468	530	585
Especial/Mineral/Produção	-	-	-	-	-	-	71	108	110
Total	3549	3529	3548	3608	3701	3928	4316	4851	5102

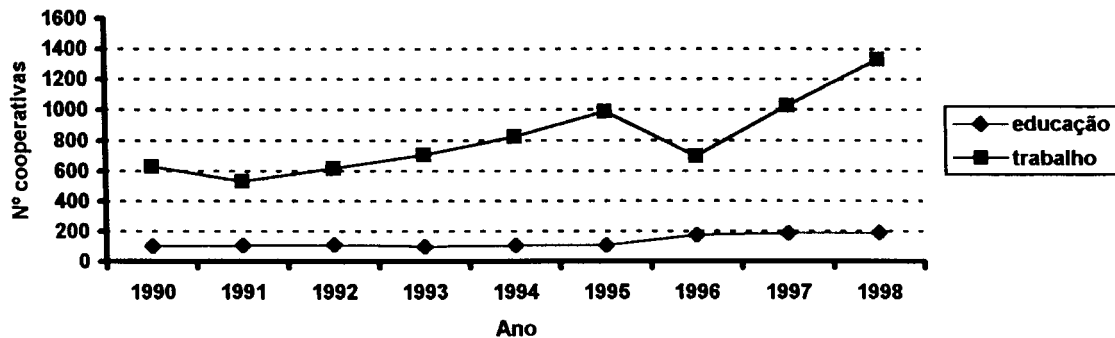
Fonte: OCB / Detec / Banco de Dados

Obs.: de 1990 a 1995 as cooperativas de saúde faziam parte do segmento de trabalho

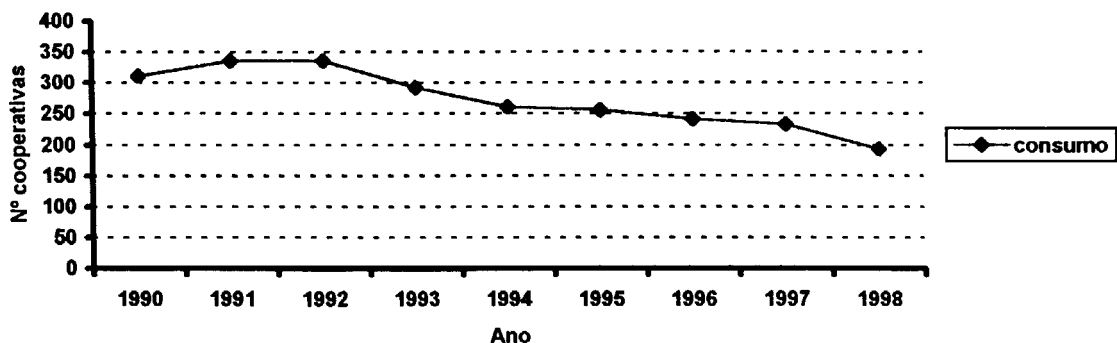


Destaco três segmentos para nossa observação. As cooperativas de trabalho, talvez pela abrangência multifuncional que lhe é outorgada, seguidas pelas cooperativas no setor de educação, representam os segmentos em maior expansão durante o período assinalado – seus números duplicam em menos de dez anos. As cooperativas de consumo, por sua vez, representam o único segmento com significativa retração dentro deste quadro de análise. Talvez uma das explicações possíveis seja o aumento desenfreado das redes de hipermercados durante a década de 90, e a consequente oligopolização do comércio de alimentos e produtos de higiene e limpeza. Os demais segmentos apresentam pequenas variações.

Evolução do número de cooperativas de educação e de trabalho (1990-1998)

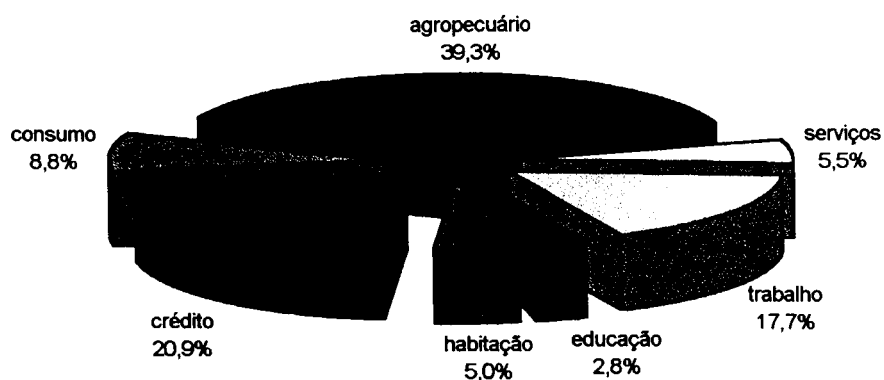


Evolução do número de cooperativas de consumo (1990-1998)

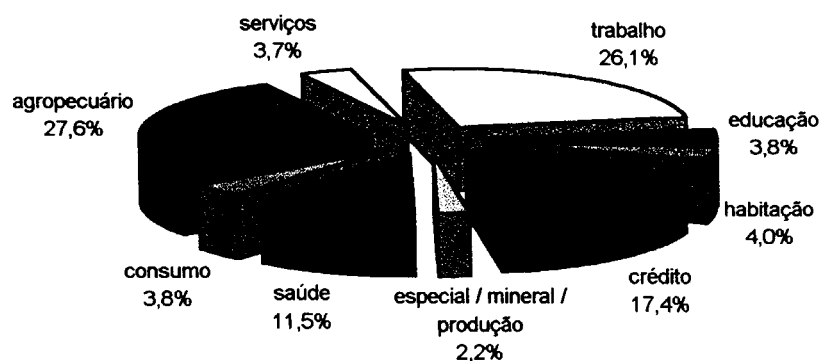


O terceiro conjunto de dados (página 35) fornece a porcentagem dos segmentos de cooperativas nos anos de 1990 e 1998, ilustrando a mudança ocorrida durante tal período:

Porcentagem dos segmentos de cooperativas (1990)



Porcentagem dos segmentos de cooperativas (1998)



Cabe salientar que os conjuntos de dados estatísticos apresentados refletem apenas os números relacionados a cooperativas registradas na OCB, excluindo portanto as cooperativas não registradas na entidade e as inúmeras cooperativas informais que não atendem as exigências legais para sua institucionalização jurídica.

Capítulo II

REFERÊNCIAS TEÓRICAS

“Desejo poder, com todos os outros, saber o que se passa na sociedade, controlar a extensão e a qualidade da informação que me é dada. Peço para poder participar diretamente de todas as decisões sociais que possam afetar minha existência ou o curso geral do mundo em que vivo. Não aceito que meu destino seja decidido, dia após dia, por pessoas cujos projetos me são hostis ou simplesmente desconhecidos e para quem não passamos eu e todos os outros, de números num plano ou peões sobre um tabuleiro de xadrez e que em última análise, minha vida e morte estejam nas mãos de pessoas que sei serem necessariamente cegas”.

Castoriadis, 1982

“A revolução cessa de imediato ao impor-se que o indivíduo tem de se sacrificar por ela. Os que falam de revolução e de luta de classes sem se referirem explicitamente à vida cotidiana, sem compreenderem o que há de subversivo no amor e de positivo na recusa dos constrangimentos, têm um cadáver na boca.”.

Vaneigem, 1967

II. 1. O conceito de autonomia na obra de Castoriadis

O conceito de autonomia utilizado na obra de Cornelius Castoriadis subsidia a investigação acerca das contradições entre práticas autônomas e heterônomas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e no movimento cooperativista, além de elucidar a dinâmica de auto-institucionalidade que caracteriza os movimentos autônomos.

No nível do indivíduo, Castoriadis se apropria da expressão freudiana *Wo Es war, soll Ich werden* (Onde era o *Id*, será o *Ego*) para exemplificar, psicanaliticamente, a aproximação do *Ego* com a esfera consciente; o *Id* com o inconsciente em geral. “*Ego*, consciência e vontade, deve tomar o lugar das forças obscuras, que, *em mim*, dominam, agem por mim”¹⁴, afirma Castoriadis. “O *Ego* deve tomar o lugar do *Id* – isso não pode significar nem a supressão das pulsões, nem a eliminação ou a reabsorção do inconsciente. Trata-se de tomar seu lugar na qualidade de *instância de decisão*”¹⁵. Não podemos negar os desejos e necessidades advindos do mundo social e introjetados em nossa esfera inconsciente. A autonomia não é a eliminação do discurso do Outro, mas “a instauração de uma outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito”¹⁶.

Nesse sentido, a consciência na tomada de decisão em assembleias ou qualquer outro mecanismo de gestão democrática é condição primeira para a inexistência de relações totalitárias criadas por determinada institucionalidade sobre um indivíduo. A citação de Hitler onde “en una asamblea de masas no hay lugar para el pensamiento”¹⁷ evoca, nas palavras do líder nazista, a antítese da autonomia. “O essencial da heteronomia – ou da alienação, no sentido mais amplo do termo – no nível individual, é o domínio por um imaginário autonomizado que se arrojou a função de definir para o sujeito tanto a realidade quanto seu desejo”¹⁸.

¹⁴ Cf. Castoriadis (1982), p. 125.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ Cf. Castoriadis (1982), p. 126.

¹⁷ “Em uma assembleia de massas não há lugar para o pensamento”. Frase transcrita em panfleto anarquista encontrado no arquivo Edgar Leuerth – UNICAMP (Campinas-SP)

¹⁸ Cf. Castoriadis (1982), p. 124.

A dimensão social da autonomia encontra-se justamente no fato da vida em sociedade, ou seja, na contínua presença do discurso do Outro em nosso ser individual. O discurso do Outro assume formas variadas, podendo se materializar nos mecanismos de mercado, em programas televisivos, utilização de celulares e computadores, na vigilância, nas prisões.

Ao elaborar tal discurso em nossa ação inter-subjetiva, deslocamos a questão da autonomia do nosso plano individual para uma empreitada coletiva. Essa ação inter-subjetiva representa nossa existência social e histórica. Para o autor, o social-histórico “é a união e a tensão da sociedade instituinte e da sociedade instituída, da história feita e da história se fazendo”.¹⁹

As necessidades humanas dentro da sociedade capitalista atuam justamente na situação de tensão entre a instituição imaginária de novos e ilimitados desejos (em grande parte materializados em novos serviços e ilimitadas mercadorias) e os anseios conscientemente advindos do indivíduo.

Na direção inversa da autonomização das instituições (jurídicas e não jurídicas) perante o indivíduo, ou seja, da perda do controle do ser humano sobre os meios e os fins de qualquer relação instituída na sociedade, Castoriadis propõe no plano político a autogestão das instituições e a consequente abolição de relações hierárquicas.

Para o autor, uma sociedade autogerida é uma sociedade onde todas as decisões são tomadas pela coletividade. Na medida em que se expande, as estruturas de poder na sociedade autogerida são ocupadas por delegados eleitos diretamente na sua comunidade ou local de trabalho, com mandatos revogáveis e rotativos, em substituição a qualquer forma de direção hierarquizada, burocratizada ou especializada que, inevitavelmente, escapam ao poder da coletividade.

Toda decisão coletiva é tomada com conhecimento de causa. O monopólio de acesso a informações e o ritmo desigual de construção de conhecimentos comuns para a decisão

¹⁹ Cf. Castoriadis (1982), p. 131.

coletiva resulta na hierarquia de comando. Na sociedade hierárquica, porém, o saber e a competência especializados permitem a técnicos e/ou administradores tomarem decisões coletivas, mesmo causando conflitos perpétuos ou desperdícios gigantescos.

Numa sociedade autogerida, a incompatibilidade com uma hierarquia de direção não é menor do que a incompatibilidade com a hierarquia de salários e rendimentos, uma vez que não existem critérios objetivos para fundar tal desigualdade.

No trabalho produtivo, a substituição da motivação econômica pela motivação social desabrocha a invenção, a criatividade e a motivação para a realização da atividade, ainda mais quando o fruto do trabalho se demonstra compatível com necessidades coletivas reais na sociedade.

II. 2. Estado Amplo e Estado Restrito nas obras de João Bernardo e Lúcia Bruno

No processo de expansão do mundo da mercadoria, o Mercado capitalista internacionalizado conta com um de seus tradicionais aliados históricos: o Estado. Atualmente, a íntima relação entre Mercado e Estado tem suscitado interessantes debates a respeito da soberania do Estado-nação em relação ao Mercado global. Em *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*, João Bernardo oferece um interessante recorte do perfil do Estado capitalista, colaborando para a continuidade da análise deste tema:

(...) chamo Estado Restrito ao conjunto das instituições que compõe o governo, o parlamento e os tribunais, ou seja, aos poderes executivo, legislativo e judiciário. (...) O que me leva a admitir que exista no aparelho global do Estado outra esfera, mais ampla? Em tudo o que diz respeito à organização interna das empresas, os patrões e os gestores escolhem os sistemas de administração e organizam a força de trabalho, o que constitui uma forma de poder legislativo. Além disso, eles estabelecem as hierarquias, definindo a amplitude das decisões possíveis de ser tomadas em cada escalão, e impõe as normas de trabalho, o que constitui uma forma de poder executivo. Finalmente, os proprietários das empresas ou os seus administradores avaliam o desempenho de cada trabalhador, concedendo prêmios de produtividade ou impondo multas e outros tipos de punição, inclusive a demissão, o que constitui uma forma de poder judiciário. E eles fazem-no numa esfera que é em grande medida alheia aos condicionalismos impostos pelo Estado Restrito. O governo, o parlamento e os tribunais reconhecem aos proprietários privados e aos gestores uma enorme latitude na administração, na condução e na punição da força de trabalho, ou seja, reconhecem-lhe uma verdadeira soberania. E qualquer exercício de um poder soberano é, por si só, uma atividade política. Ora, se a organização da economia é ela própria, diretamente, um

poder político, então o seu âmbito de ação é muitíssimo vasto. Por isso lhe chamo Estado Amplo (...). Na forma como o concebo, o Estado capitalista é sempre resultado de uma conjugação entre o Estado Amplo e o Estado Restrito (...)²⁰

No início do processo de fortalecimento das empresas transnacionais, o Estado Restrito providenciara toda a infra-estrutura necessária para a viabilização da implantação e desenvolvimento de determinadas forças produtivas. Nessa fase inicial, o Estado Amplo não poderia arcar sozinho com as despesas básicas para sua expansão. A partir da cooptação de partes do Estado Restrito, as empresas estruturam um poder para além das portas da unidade de produção. Em *Reestruturação capitalista e Estado Nacional*²¹, Lúcia Bruno discorre sobre as instituições do Estado Amplo, citando essencialmente:

- Council on Foreign Relations (CFR), criado em 1918 nos EUA, composto por altos dirigentes dos maiores grupos norte-americanos, militares, ministros de Estado, intelectuais e dirigentes da grande mídia;

- Business Council (BC), em 1933 nos EUA, órgão ligado ao Departamento de Comércio do Estado, reunindo sessenta empresários;

- Political and Economical Planning (PEP), em 1931 na Grã-Bretanha, composto por representantes de grandes grupos econômicos, militares, intelectuais, políticos, jornalistas;

- Committee for Economic Development (CED), em 1942 nos EUA, composto por representantes de empresas multinacionais. Ao lado do CFR, formulou as diretrizes básicas para a criação da OTAN, do FMI e do Banco Mundial.

- CEPES (Comitê Europeu para o Progresso Econômico e Social), a partir da década de 40 em diversos países europeus;

- Comitê de Desenvolvimento Econômico Japonês (Keisai Doyukai), fundado em 1946, baseada em grandes empresas japonesas. Surgiu como parte da rede CED (EUA) e

²⁰ Cf. Bernardo (2000), p. 11-12.

²¹ In: Oliveira, D. & Duarte, M. (org) *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica.*

CEPES (Europa), desenvolveu-se posteriormente como órgão consultor do MITI (Ministério da Indústria e Comércio Internacional).

Outras instituições organizadas nesta mesma perspectiva, e relacionadas especificamente ao setor produtivo agroindustrial, já foram enunciadas no primeiro capítulo da dissertação. No entanto, vale salientar o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) que, a partir de janeiro de 1995, substituiu o GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio, criado em outubro de 1947.

A OMC, juntamente com outros organismos, como a CCI (Câmara de Comércio Internacional), a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) e o FMI (Fundo Monetário Internacional), articula cerca de 500 megaempresas que dominam 2/3 do comércio mundial. As tendências estabelecidas para o desenvolvimento mundial da agricultura, sob o processo econômico e político desencadeado por tais instituições, visam essencialmente: a desestruturação do mundo rural e a perda da soberania sobre a segurança alimentar; o reforço do acordo sobre a propriedade intelectual, conhecida pela sigla TRIPS (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), no qual o patenteamento dos seres vivos é um dos destaques; a execução do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (GATS), que proíbe aos países estabelecer diferenciação entre os exportadores estrangeiros e os produtores nacionais.²²

Nessa conjuntura mundial, e com o auxílio de um sindicalismo atrelado a co-gestões nas empresas em busca de melhores resultados na produtividade, o Estado Amplo vem se sobrepondo ao Estado Restrito, internacionalizando suas esferas de poder e construindo os processos de democracia e globalização da economia. Obviamente que as partes do Estado Restrito aberto a participação popular nos atuais regimes democráticos restringem-se a esferas demasiadamente dependentes daquelas já cooptadas pelo Estado Amplo. As privatizações, dentro desse prisma, dinamizam a fluência das relações econômicas internacionais, ultrapassando possíveis obstáculos encontrados no âmbito do Estado Restrito.

²² Cf. Zamberlam, J. & Fronchetti, A. (2001), p.26.

II. 3. Zonas autônomas temporárias

O conceito elaborado por Hakim Bey de *zona autônoma temporária* auxilia na reflexão sobre a auto-institucionalidade no movimento cooperativista e nas ações do MST. Para o autor, “um levante representa uma possibilidade muito mais interessante, do ponto de vista de uma psicologia da libertação, do que as bem-sucedidas revoluções burguesas, comunistas, fascistas, etc.”²³.

Tal raciocínio procura questionar o sucesso de revoluções permanentes e, ao mesmo tempo, valorizar os momentos insurgentes temporários autônomos como uma das mais valiosas experiências pedagógicas. Nesses momentos de levante, a auto-institucionalidade é vivida e apreendida no cotidiano, o que dificilmente ocorre ao se materializar uma certa *ordem revolucionária*.

Segundo a obra de Bey, três pressupostos básicos são necessários para a efetivação dinâmica de uma zona autônoma. Inicialmente, a substituição da família nuclear por outros coletivos de convivência cotidiana, tais como bandos, clãs, confrarias, república de crianças, etc.

Outra característica fundamental é a possibilidade de tempos e espaços livres festivos. É no tempo-espaço livre que emerge o potencial de criação do indivíduo e a respectiva construção e fortalecimento da individualidade dentro do coletivo. A importância do sentimento de festividade no tempo-espaço livre invoca “Fourier e seu conceito dos sentidos como base de transformação social – *toque do cio* e *gastrosofia*, e seu louvor às negligenciadas implicações do olfato e do paladar”²⁴. Na essência da festa, um grupo de seres humanos, frente a frente, “coloca seus esforços em sinergia para realizar desejos mútuos, seja por boa comida ou alegria, por dança, conversa, pelas artes da vida. Talvez até mesmo por prazer erótico ou para criar uma obra de arte comunal, ou para alcançar o arroubamento do êxtase. Em suma, uma *união de únicos* – como coloca Stirner – em sua

²³ Cf. Bey (2001), p. 21.

²⁴ Cf. Bey (2001), p. 24.

forma mais simples, ou então, nos termos de Kropotkin, um básico impulso biológico de *ajuda mútua*”²⁵.

Finalmente, o terceiro momento para uma zona autônoma temporária: o conceito de nomadismo psíquico. A partir da padronização global dos ambientes de sociabilidade humana que “tende a ofuscar toda a diversidade cultural e toda a individualidade para que todo lugar seja igual ao outro”, o autor ressalta o valor do desejo e curiosidade por outros tempos-espacos psíquicos. Descreve estes momentos não apenas através do percurso espacial físico, derivado de movimentações de trabalhadores imigrantes, refugiados, sem-teto, turistas, mas também na possibilidade de utilização consciente de recursos audiovisuais, de telecomunicações, livros, ou mesmo ainda mudança de emprego, *estilo de vida*, religião, dieta, etc.²⁶

Podemos citar alguns exemplos de práticas históricas nos quais o autor embasou sua teoria sobre as zonas autônomas temporárias. O soviete de Munique (ou a “República do Conselho”), de 1919, apresentava características anarquistas que possibilitaram o livre exercício de um poder autônomo comunitário, assim como a insurreição de Kronstadt (1921), contrária ao governo bolchevique, e as movimentações populares durante a Revolução Espanhola (1936-39).

As comunas revolucionárias urbanas na Europa, como a Comuna de Paris, também capitularam os principais aspectos de uma zona autônoma. O grau de autonomia conquistado pela população, mesmo temporariamente, repercutiu “durante e depois destes anos”, possibilitando aos anarquistas adquirir “a prática do nomadismo revolucionário, perambulando de revolta em revolta, procurando manter viva em si mesmos a intensidade do espírito que eles experimentaram no momento do levante”²⁷, ou seja, sempre ocupar uma localidade geográfica passível do desencadeamento de uma zona autônoma.

²⁵ Cf. Bey (2001), pp. 26-27.

²⁶ Cf. Bey (2001), pp. 27-28.

²⁷ Cf. Bey (2001), p.58.

Outras experiências de menores proporções também subsidiaram a teoria investigada, tais como a Colônia Roanoke e a Colônia Libertatia, ambas criadas por colonizadores durante a época das grandes navegações e da invasão da América nos séculos XVI e XVII. O elemento central destas experiências foi a sabotagem dos planos de invasão dos territórios americanos, a deserção em massa dos colonizadores, e a rendição aos indígenas, resultando na união entre os povos. Ainda nessa perspectiva, o autor descreve os assentamentos ou comunidades estabelecidas à margem da lei, proliferadas basicamente durante o século XVIII, articuladas por piratas e corsários através de “rede de informações” globais (formada por ilhas ou esconderijos remotos onde os navios trocavam os resultados das pilhagens).

Temporariamente, a zona autônoma é uma zona liberta. Liberta precária e provisoriamente das institucionalidades heterônomas do sistema capitalista. Mesmo não se conjecturando como excludente ao sistema, esta se contrapõe ao heterodeterminado, possibilitando no conflito o desabrochar das contradições e suas possíveis superações.

II. 4. A Internacional Situacionista

A Internacional Situacionista (I.S.) foi um movimento internacionalista surgido na década de 50, organizado a partir da crítica ao espetáculo de massas, à arte e ao urbanismo. As estratégias heterodoxas da I.S. – fundadas no escândalo, subversão e sabotagem da arte contemporânea – possui no movimento imediato em prol da revolução uma estreita relação com a valorização de levantes enquanto modo de contestação da mercadorização da vida humana na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo.

A crítica situacionista denuncia a técnica de controle das massas – desenvolvidas a partir do Estado de Bem Estar Social –, a internacionalização do capital via multinacionais e o deslocamento da propaganda política para a publicidade comercial.²⁸

A postura política da I.S. se configurava, antes de tudo, como não doutrinária. Para os situacionistas, o *situacionismo* é um vocábulo sem sentido, construído abusivamente por anti-situacionistas para forjar uma doutrina de interpretação. Execrava rótulos ideológicos, porém orientava-se pelo fim do Estado e da sociedade do espetáculo, e a favor dos Conselhos Operários, da autogestão generalizada e da organização de ocupações. Além disso, a I.S. criticava qualquer forma de mediação, inclusive a artística.

A forma de atuação dos membros da I.S. era a situação construída, traduzida em diversos momentos pela ação performática. Tal situação, construída pela organização coletiva, carregava intrinsecamente um componente pedagógico através de seu jogo de acontecimentos.

A contribuição da I.S. para o estudo sobre o MST e o movimento cooperativista está centrada, fundamentalmente, na crítica da cultura da passividade dentro da sociedade do espetáculo. No espaço da produção, uma passividade que obstrui os movimentos em busca de uma cultura ativa pela autonomia nas relações de trabalho.

²⁸ Ver também Bernardo (1998), pp. 95-98, em “A publicidade comercial tornou-se uma mensagem política”.

Em diversas experiências onde trabalhadores assumem a autogestão dos seus empreendimentos, uma das principais dificuldades relatadas encontra-se na superação de uma *cultura da gestão heterônoma*, cuja sociedade do espetáculo só tende a reforçar este comportamento. No espaço dos lazes, a contribuição da I.S., para este estudo, está na sua crítica ao controle do tempo livre dos seres humanos e à transformação da arte em mercadoria.

A formulação teórica do *urbanismo unitário*, onde a cidade reservaria um papel central para a participação ativa e encontro dos indivíduos num ambiente criativo e lúdico, também possui grande relevância para o tema. Tal perspectiva procura questionar o funcionalismo da cidade ou, mais além, a caracterização da cidade enquanto fábrica. Ao mesmo tempo, apresenta o conceito de sobretrabalho, isto é, o tempo de vida destinado a atividades complementares ao trabalho heterônomo – tais como tempo de transporte.

Utilizo alguns desses fundamentos no decorrer das análises a respeito das potencialidades da reforma agrária na transformação do modelo organizacional do capitalismo centrado no urbanismo. Além disso, procuro subsidiar interpretações sobre as possibilidades de reversão do processo de êxodo rural na atual conjuntura de precarização da vida e do trabalho na cidade e no campo.

Finalmente, a importância do exercício da deriva, proposto pela I.S., nos ajudou a compreender aspectos importantes da vida cotidiana nos assentamentos (e seu respectivo compromisso com modificações neste cotidiano realizadas conscientemente). O exercício da deriva permite entrar em contato com situações diversas nos cotidianos investigados, ultrapassando as barreiras de um olhar premeditado sobre determinado assunto. As especificidades passam a ser tão valorizadas quanto os aspectos comuns a todos os assentamentos. Assemelha ao conceito de nomadismo psíquico desenvolvido por Hakim Bey, apresentado no item anterior sobre as referências teóricas utilizadas para esta pesquisa.

Capítulo III

**COOPERATIVISMO E O
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
(MST)**

“(...) Mas não se julgue que uma tal organização possa improvisar-se facilmente. Para isso não bastam alguns homens inteligentes, dedicados, enérgicos. É sobretudo necessário que os trabalhadores, convocados assim para trabalhar em conjunto, livremente e em pé de igualdade, estejam já preparados para a vida social”.

Louis-Eugène Varlin, 1871

III. 1. O movimento cooperativista

Uma das respostas formuladas pelos trabalhadores para a crise do trabalho é cooperativismo que, vislumbrando a construção de uma rede econômica cooperativista, objetiva essencialmente o desenvolvimento das forças produtivas aliadas ao avanço tecnológico, a erradicação da pobreza, a igualdade e a proliferação de uma boa qualidade de vida a todos os seres humanos. Obviamente que o cooperativismo proposto nesta perspectiva é antagônico ao cooperativismo promovido em torno das grandes empresas capitalistas de exploração. Neste caso, o cooperativismo fundamenta-se nos princípios da Aliança Cooperativa Internacional e em práticas históricas cooperativistas levadas pelos trabalhadores.

Pioneiros

Com o advento da Revolução Industrial na Inglaterra, o desenvolvimento do capitalismo forma suas bases de organização. A concentração de capital, a centralização dos meios de produção, a alienação e exploração do trabalhador, a proliferação das grandes cidades, a expulsão do homem do meio rural: esse novo projeto político-econômico, tramado no continente europeu, encontrará na França e na Inglaterra duas experiências que representam os marcos da resistência contra tal projeto, e que lançariam as bases para uma outra relação de trabalho baseado no cooperativismo.

Dentre as primeiras iniciativas cooperativistas, as experiências concebidas por Charles Fourier na organização dos *Falanstérios* representam um importante ponto de partida nesta análise. LUZ FILHO expõe em “*Sociedades cooperativas*” os principais pilares do trabalho cooperativo nestes locais, onde o exercício da liberdade e da auto-sustentabilidade de produção e consumo ganhou proporções significativas na Europa do século XVIII:

“que o trabalhador seja associado e pago por dividendos e não por salários;
que cada um, homem, mulher ou criança, seja pago em relação as três faculdades: capital, trabalho, talento;
que as secções industriaes sejam variadas cerca de oito vezes ao dia, pois o entusiasmo não se pode manter mais de uma hora e meia a duas horas, no exercício de uma função agrícola ou manufatureira;
que as funções se exerçam em companhia de amigos, espontaneamente reunidos e estimulados por meio de rivalidades muito activas;
que as officinas apresentem ao operário requintes de elegância e asseio;
que a divisão do trabalho seja levado ao grau extremo, afim de caberem a cada sexo as funções que lhe convêm;
que nessa distribuição, dada a um – homem, mulher ou criança – gose plenamente do direito de trabalhar ou no direito de intervir sempre em qualquer ramo de labor que lhe convenha, à escolha, isento de qualquer attestado de probidade ou de aptidão”.

Algumas questões interessantes ressaltam em tais pilares do trabalho cooperativistas na breve experiência dos Falanstérios: primeiramente, a preocupação em substituir o salário como forma de remuneração; em segundo, o estímulo ao exercício da criatividade, através da inclusão da faculdade do talento como critério de distribuição dos dividendos (mesmo que, proporcionalmente às outras faculdades, o talento agregue um peso menor nessa distribuição); em terceiro, o rodízio de funções; em quarto, a competição espontânea e fraterna como uma das estratégias para um melhor rendimento das atividades exercidas; em quinto, a preocupação com o ambiente de trabalho, contrapondo os insalubres ambientes do início da Revolução Industrial. Os últimos dois pontos, referentes a divisão do trabalho, contribuem para uma reflexão que pode-se estender mais diretamente a um dos princípios debatidos nos temas da economia popular solidária e do MST.

A divisão do trabalho heterodeterminada, entendida como alienação do trabalhador de parte do processo produtivo, significa um dos empecilhos para a emancipação da classe trabalhadora. Aparentemente, pode contribuir para uma maior eficácia econômica do

empreendimento, mas sua dívida social apresenta uma dimensão muito maior no trabalho cooperativo.

No entanto, será que a divisão de funções dentro de um trabalho concebido coletivamente poderia satisfazer as potencialidades físicas dos trabalhadores cooperados sem aliená-los do processo produtivo? Na experiência da Cooperativa de Produção Agrícola Padre Josimo Tavares (COPAJOTA) do MST, relatada posteriormente²⁹, a padronização das remunerações entre atividades de natureza diferente, as quais requeriam diferentes esforços entre homens e mulheres, foi um dos principais motivos de dissolução do grupo de cooperados.

Quando decidida autônoma e coletivamente, a divisão de funções e a divisão do trabalho talvez não signifique alienação. Retornando aos Falanstérios, a possibilidade de livre escolha da atividade pelo trabalhador, salientada no sétimo ponto, e somada a um sistema de rodízio de tais funções, representaria o sistema organizacional cooperativo preconizado por Fourier.

Por outro lado, o inovador empreendimento de trabalho dos vinte e oito tecelões de Rochdale, cujo expoente principal identificamos em Owen, também contribui para a análise dos primórdios do cooperativismo no continente da Revolução Industrial. Ao contrário da curta duração dos Falanstérios, tal experiência desencadeou duradouras lutas operárias.

Robert Owen foi o proprietário e gestor da empresa têxtil New Lanark, cuja dinâmica de funcionamento primava pelo respeito aos direitos humanos de seus empregados, somado ao pagamento em dia dos salários e condições dignas de trabalho. Os bons lucros da New Lanark rendeu fama a Owen, que atraía a visita de curiosos a seu novo empreendimento de produção.

Owen buscou aprovar uma série de leis que iriam regulamentar a duração da jornada de trabalho e o trabalho infantil, obtendo sucesso parcial. O owenismo ganhou corpo e adeptos

²⁹ Ver página 72 desta dissertação.

com a concepção propagada das *aldeias cooperativas* (industriais e agrícolas), visando acabar com a pobreza e prover seu próprio sustento. Os seguidos ataques à Igreja e a adesão ao comunismo isolaram Owen do apoio de pessoas influentes. Assim, transfere seus esforços para os Estados Unidos, fundando a comunidade de New Harmony que, apesar de instituir relações de propriedade coletivas, não modificou as relações sociais de produção: não interessava a Robert Owen a coletivização da gestão de seu empreendimento. Após dois anos de funcionamento, New Harmony acaba fracassando.

Voltando a Inglaterra, inicia a proposição de organizações de trabalhadores em nível nacional, culminando na GNCTU (Grand Nacional Consolidated Trades Union). Por volta de 1834, as uniões nacionais de trabalhadores tinham se esvaziado e o Owenismo perde sua supremacia.

Posteriormente, a experiência da cooperativa de Rochdale será uma das mais importantes contribuições organizadas por Robert Owen, cuja proposta de substituição do dinheiro por uma moeda baseada no “tempo de trabalho” gasto na produção representa para o cooperativismo contemporâneo algo semelhante aos Clubes de Troca, abordados mais adiante.

A Aliança Cooperativa Internacional (A.C.I.)

O cooperativismo surgiu no decorrer da história em momentos onde os trabalhadores, acuados por ofensivas do sistema econômico capitalista, resolvem se responsabilizar por parte da produção, particularmente aquela voltada para bens de consumo essenciais.

Em virtude das possibilidades de apropriação do cooperativismo pela lógica do mercado, a construção de uma rede econômica cooperativista fundamentada nos princípios da Aliança Cooperativa Internacional (A.C.I.) representa uma das alternativas para o fortalecimento da luta autônoma dos trabalhadores.

A partir do início do século XIX, várias vertentes do pensamento e da prática cooperativista se fortalecem em contraposição à ofensiva capitalista, como a formulação de cooperativas integrais, o exemplo de New Harmony, comunidades de atacado, enfim, todo um contexto propício para a solidificação do caráter internacionalista do cooperativismo.

Em 1867, inicia-se a tentativa de articulação entre cooperativas de diversos países na Europa e, para isso, congressos, encontros e debates em torno do cooperativismo alimentam as possibilidades de uma nova estruturação econômica. Tal histórico do cooperativismo³⁰, somado a federações internacionais cooperativas organizadas ao longo dos séculos XIX e XX, subsidiariam os princípios do movimento cooperativista aprovados no congresso internacional da Aliança Cooperativa Internacional, em 1966, em Viena.

Em 1995, após cem anos da data de sua fundação, a Aliança Cooperativa Internacional aprova em Manchester uma declaração sobre a identidade do cooperativismo, referendando algumas aprovações formuladas em 1966 e acrescentando algumas modificações. Três objetivos fundamentais compõe essa declaração: a socialização da informação; a definição de princípios do cooperativismo; o fomento de cooperativas multifuncionais (com o objetivo de superar o mercado capitalista). Tais objetivos constituem o corpo essencial de qualquer movimento cooperativista que almeje, com seriedade, questionar o sistema capitalista de exploração do ser humano.

Assim, a Aliança Cooperativa Internacional procura resguardar do movimento cooperativista possíveis assimilações e distorções por parte do sistema capitalista. Essencialmente, tais princípios são:

- a) adesão livre e voluntária;
- b) gestão democrática;
- c) participação econômica dos membros;
- d) autonomia e independência;

³⁰ Para um aprofundamento do histórico do cooperativismo, cujo tema específico escapa ao propósito deste texto, ver *A century of co-operation*, de G.D.H. Cole, e também *The nature of co-operation*, de John G. Craig.

- e) educação e capacitação;
- f) intercooperação;
- g) indiscriminação política, religiosa, racial e social dos membros;
- h) interesse pela comunidade

Experiências cooperativas no mundo contemporâneo e a economia popular solidária

O projeto de economia solidária, além de reunir amplas concepções teóricas, se alia a práticas identificadas no seio dos movimentos populares do campo e da cidade – mutirões habitacionais, empresas autogeridas³¹, cooperativas de consumo, cooperativas de reforma agrária, etc. Além disso, soma-se a enorme quantidade de experiências históricas do cooperativismo, possibilitando contribuições fundamentais para a construção de uma nova economia mundial.

Pela diversidade de concepções teóricas permitida ao projeto de economia popular solidária, utilizo algumas características dessas iniciativas definidas por Luiz Razeto³², cujos principais aspectos menciono a seguir:

- são iniciativas que se desenvolvem nos setores populares;
- não são iniciativas individuais, mas associativas;
- são organizativas;
- são criadas para enfrentar um conjunto de carências e necessidades concretas;
- são ações realizadas mediante o próprio esforço e com a utilização dos recursos disponíveis no momento para atingir seus propósitos;
- implicam em relações e valores solidários;
- procuram ser participativas, democráticas, autogestionárias e autônomas;

³¹ A ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas) possui significativas experiências de autogestão e co-gestão em diversas unidades produtivas.

³² "Economia de solidariedade e organização popular", p. 34, in: Gadotti, M. & Gutiérrez, F.. (orgs) *Educação comunitária e economia popular*.

- não se limitam a um só tipo de atividade, mas que tendem a ser integrais, no sentido que articulam diversos segmentos econômicos e sociais;
- pretendem ser alternativos ao sistema capitalista.

O economista Paul Singer, um dos expoentes do projeto de economia popular solidária no Brasil, procura enfatizar sua importância como resposta às enormes taxas de desemprego verificadas nos últimos anos. Segundo Singer³³, a crise do mundo do trabalho é a falta de trabalho, sendo o capitalismo caracterizado como uma das formas de produção econômica que exclui aqueles que poderiam trabalhar.

Como resposta a crise de falta de trabalho, restam duas alternativas básicas ao trabalhador: a individual, representada pelas diversas atividades autônomas inseridas na economia informal; a coletiva, traduzida por iniciativas associativistas e cooperativas, muitas delas financiadas por agências governamentais e supra-governamentais.

Dentre as experiências cooperativas contemporâneas, a Corporação Cooperativa Mondragón, situada no país Basco, constitui um ótimo exemplo de experiência histórica bem sucedida – do ponto de vista econômico. Iniciada em 1956, o complexo de Mondragón apostou na tecnologia de ponta para obter resultados positivos nas disputas com o mercado global. Além de alta tecnologia, Mondragón conta com um sistema de créditos facilitado, interessantes projetos educacionais e possibilidades de atuação direta de cooperativados na gestão das cooperativas do Complexo.

No entanto, tal experiência não existiria sem contradições. Algumas questões levantadas ao longo do tempo subsidiam boas reflexões para o projeto de economia solidária. Dentre elas, pode-se destacar a ausência de gerentes oriundos do chão de fábrica; assembleias anuais que praticamente se caracterizam por meros referendos de propostas previamente formuladas; ausência de identificação dos trabalhadores com os princípios do cooperativismo; impossibilidade de assimilação de informações a respeito da gestão das

³³ As informações foram extraídas na apresentação do curso “Economia solidária como resposta ao desemprego”, ministrado no 2º semestre de 1999 na Faculdade de Economia e Administração da USP.

cooperativas a fim de possibilitar uma maior inserção nos debates sobre a autogestão do Complexo.

Tais questões colocam em xeque esta experiência, como uma referência no âmbito da autogestão. Porém, o levantamento minucioso das contradições e conflitos presentes em todas as iniciativas de trabalho coletivo devem emergir no debate sobre uma economia alternativa, objetivando o fortalecimento da economia solidária.

Outra experiência coletiva que merece atenção são os Kibbutzim em Israel. Os Kibbutzim compõem uma das mais ricas experiências de estruturação econômica fundamentadas numa rede de comunidades cooperativas, e também levanta importantes contribuições para nosso tema. Saliento aqui basicamente as dificuldades atuais no processo de embates com os valores do mercado capitalista e na questão do consumo e valores culturais dinamicamente modificados. Aparentemente, as questões do poder de consumo e dos valores comportamentais urbanos transformaram sensivelmente as perspectivas de vida da nova geração de trabalhadores dos Kibbutzim.

A crise econômica enfrentada pela economia de Israel no início dos anos 80 também afetou os Kibbutzim. Para combater uma inflação que alcançara uma taxa anual de 400% em meados de 1985, o governo de Israel congela salários e eleva os juros, levando muitas empresas a falência. O desemprego cresceu cerca de 33%, passando de 6,7% a 8,9% entre os anos de 1985 a 1989.

A partir dos conflitos com a sociedade de mercado, somado a redução do comprometimento ideológico dos novos membros, os Kibbutzim experimentam atualmente formas híbridas de funcionamento, flexibilizando certos princípios norteadores na construção dessas comunidades cooperativas e assimilando alguns valores do mercado capitalista.

Obviamente, tais experiências oferecem apenas pontos de partida para algumas questões que poderão contribuir para a estruturação de uma rede de economia cooperativista, mas jamais esgotam todas as nuances do debate.

Outras iniciativas consistentes poderíamos citar, como o Grameen Bank, idealizado em Bangladesh pelo economista Muhammad Yunus e financiado pelo Banco Mundial. O Grameen Bank possibilita o acesso a microcréditos para empreendimentos populares, através de reembolsos semanais e taxas de juros praticamente nulas.

Os instigantes Clubes de Troca (LETS – Local Exchange Trade Systems) que se proliferam no mundo, visando substituir a mediação monetária pela relação direta de troca entre serviços e/ou produtos, também constituem formas econômicas alternativas. Desde o início da crise econômica argentina, acentuada em 2002 por manifestações populares violentas contra instituições financeiras e políticos profissionais do Estado³⁴, as feiras livres de troca estimulam e desenvolvem a economia popular naquele país.

Outras experiências na América Latina também poderiam ser levantadas, como relata Aníbal Quijano em *Do Pólo Marginal à "Economia Alternativa"*: as Organizações Econômicas Populares, no Chile; as panelas comunais, refeitórios populares e comitês do copo de leite, no Peru; as lojas e armazéns populares, na Colômbia.

Dessa maneira, verificamos uma contundente resposta dos trabalhadores em várias partes do mundo às ofensivas do mercado capitalista. E, paralelamente à proliferação dessas experiências, surgem novos desafios e dificuldades nascidas no interior das práticas de trabalho coletivo.

O cooperativismo em regimes totalitários

Um dos marcos da degeneração do cooperativismo identificamos no início do século XX, através das concepções ideológicas totalitárias de trabalho. Na União Soviética, os bolcheviques levam a cabo as experiências de cooperativismo forçado a milhares de

³⁴ Refiro-me à destruição massiva de agências bancárias e à campanha popular “Que se vayan todos”, levadas principalmente por organizações comunitárias autônomas, como “Barrios de pie”.

trabalhadores que, alienados da gestão desses empreendimentos, não concebiam o processo produtivo nem sequer a própria natureza da produção.

Pouco depois, as nefastas experiências de cooperativismo na Itália fascista também representaram as primeiras tentativas de um sistema dominante de se apropriar de práticas de resistência dos trabalhadores. Não faltaram exemplos nessas tentativas em fabricar um discurso antagônico a uma prática de expropriação do trabalhador de seus meios de produção, muitas vezes enaltecendo características clássicas do cooperativismo, como a autonomia. Em “*A cooperação agrícola e o Corporativismo italiano*”, LUZ FILHO relata alguns exemplos de escritores e legisladores fascistas incumbidos de tal tarefa, nas palavras do teórico fascista Labadessa:

“Enquanto na sociedade capitalística o capital é o fundamento, o patrão da empresa, nas sociedades cooperativas o capital é um instrumento de que se valem os associados enquanto delle precisam, e que não é recompensado ou o é ao preço do mercado, razão por que não é possível que, na cooperativa, resida no capital a influência de qualquer associado sobre a administração.”

Ou ainda, conforme o artigo 34 da lei de 01 de julho de 1926, nº 1130, legislando sobre a adesão de associações sindicais a se constituir por categorias de empresas que tivessem a mesma função econômica, formando a *Ente Nazionale Fascista della Cooperazione*:

“Tal adesão não implica ingerência na gestão administrativa, técnica e comercial da empresa cooperativa que faça parte da associação.”³⁵

Através do enquadramento sindical, a Itália fascista contava, em 1929, com 1301 cooperativas e 105 453 associados, espalhadas pelas regiões de Emilia, Veneto, Toscana e Lombardia. Tal enquadramento consolida um sindicalismo centralizado e atrelado ao aparelho de Estado, tornando-se uma das bases políticas do fascismo.

³⁵ “Tale adesione non importa ingerenza nella gestione amministrativa, tecnica e commerciale delle imprese cooperative che fanno parte dell’associazione.”

